RA-045-2024

Unimed de Limeira Cooperativa de Trabalho Médico

Demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 e o Relatório dos Auditores Independentes

Unimed de Limeira Cooperativa de Trabalho Médico

Demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 e o relatório dos Auditores Independentes

Conteúdo

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras 3
Balanços patrimoniais – Ativos 6
Balanços patrimoniais – Passivos 7
Demonstrações do resultado 8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 9
Demonstrações dos fluxos de caixa – método direto 10
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras 11

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Cooperados, Conselheiros e Administradores da
Unimed de Limeira Cooperativa de Trabalho Médico
Limeira SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da *Unimed de Limeira Cooperativa de Trabalho Médico* ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da *Unimed de Limeira Cooperativa de Trabalho Médico* em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação, foram por nós examinadas, cujo relatório datado de 3 de março de 2023, continha ênfase sobre o ajuste do piso salarial nacional dos enfermeiros.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

(i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

(ii) obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.

(iii) avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

(iv) concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras, caso venham a existir, podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

(v) avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 16 de fevereiro de 2024.

Inoveaud Auditores Independentes
CRC 2SP033908/O-3

Júlio César de Souza Nunes
Contador CRC 1SP186234/O-2

Unimed de Limeira Cooperativa de Trabalho Médico

Balanços patrimoniais – Ativos

Em 31 de dezembro
Em reais

	Nota	2023	2022
Ativo			
Ativo Circulante		**35.220.638**	**31.379.886**
Disponível		**1.562.535**	**946.151**
Realizável		**33.658.103**	**30.433.735**
Aplicações Financeiras	**5**	**13.726.137**	**11.301.093**
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		12.179.123	11.067.978
Aplicações Livres		1.547.014	233.115
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	**6**	**10.361.867**	**7.766.086**
Contraprestação Pecuniária a Receber		4.132.881	2.835.258
Participação de Beneficiários em Eventos Indenizáveis		244.110	171.347
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		4.698.585	3.665.380
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		1.286.291	1.094.101
Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora	**7**	**2.000.011**	**3.237.831**
Créditos Tributários e Previdenciários		**216.998**	**477.817**
Bens e Títulos a Receber	**8**	**7.078.321**	**7.189.871**
Despesas Antecipadas		**111.370**	**318.242**
Conta Corrente com Cooperados		**163.399**	**142.795**
Ativo Não Circulante		**124.266.643**	**120.757.923**
Realizável a Longo Prazo		**15.021.662**	**10.368.740**
Aplicações Financeiras		**56.973**	**-**
Aplicações Livres	**5**	56.973	-
Depósitos Judiciais e Fiscais	**18**	**14.943.689**	**10.347.740**
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo		**21.000**	**21.000**
Investimentos	**9**	**3.380.518**	**3.317.505**
Participações Societárias pelo Método de Custo		3.380.518	3.317.505
Imobilizado	**10**	**105.437.388**	**106.456.088**
Imóveis de Uso Próprio		**91.318.348**	**92.854.653**
Imóveis - Hospitalares / Odontológicos		84.486.432	85.934.629
Imóveis - Não Hospitalares / Odontológicos		6.831.916	6.920.024
Imobilizado de Uso Próprio		**13.707.873**	**13.524.143**
Imobilizado - Hospitalares / Odontológicos		13.010.833	12.757.373
Imobilizado - Não Hospitalares / Odontológicos		697.040	766.770
Imobilizações em Curso		**375.755**	**36.073**
Outras Imobilizações		**35.412**	**41.219**
Intangível	**11**	**427.075**	**615.590**
Total do ativo		**159.487.281**	**152.137.809**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unimed de Limeira Cooperativa de Trabalho Médico

Balanços patrimoniais – Passivos

Em 31 de dezembro
Em reais

Passivo	Nota	2023	2022
Passivo Circulante		**43.901.307**	**43.104.361**
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	**12**	**10.860.266**	**11.136.774**
Provisões de Contraprestações		46.877	28.153
Provisão para Remissão		46.877	28.153
Provisão de Eventos a Liquidar para SUS		206.247	232.727
Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistências		8.862.388	8.546.273
Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)		1.744.754	2.329.621
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	**13**	**1.415.411**	**1.305.249**
Receita Antecipada de Contraprestações		403.832	199.839
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		989.598	1.090.841
Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		21.981	14.569
Débitos com Operações de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos Saúde da Operadora	**14**	**2.353.548**	**2.936.470**
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	**15**	**4.544.455**	**4.628.359**
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	**16**	**6.804.796**	**7.064.195**
Débitos Diversos	**17**	**17.922.831**	**16.033.314**
Conta-Corrente de Cooperados		**-**	**-**
Passivo não circulante		**41.604.973**	**43.691.504**
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		**132.002**	**20.830**
Provisões de Contraprestações		**132.002**	**20.830**
Provisão para Remissão		132.002	20.830
Provisões	**18**	**19.630.913**	**14.950.936**
Provisões para Ações Judiciais		19.630.913	14.950.936
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	**16**	**21.648.172**	**28.253.078**
Débitos Diversos	**17**	**193.886**	**466.660**
Patrimônio líquido	**20**	**73.981.001**	**65.341.944**
Capital Social		**29.337.092**	**26.685.621**
Reservas		**39.190.766**	**38.656.323**
Reservas de Reavaliação		6.474.049	6.587.095
Reserva para contingências		26.450.384	26.450.384
Fundo De Reserva		5.966.954	5.368.195
RATES		299.379	250.649
Sobras à disposição da AGO		**5.453.143**	**-**
Total do Passivo		**159.487.281**	**152.137.809**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Unimed de Limeira Cooperativa de Trabalho Médico

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Nota	2023	2022
Contraprestações Efetivas de Plano de Assistência à Saúde		**228.177.425**	**201.740.829**
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		**235.222.176**	**206.861.858**
Contraprestações Líquidas		235.352.072	206.830.941
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		(129.896)	30.917
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora		**(7.044.751)**	**(5.121.029)**
Eventos Indenizáveis Líquidos		**(195.742.121)**	**(174.273.160)**
Eventos Conhecidos ou Avisados		(196.326.987)	(174.061.966)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados		584.866	(211.194)
Resultado das Operações com Planos de Assistência à Saúde		**32.435.304**	**27.467.669**
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde		10.610	7.662
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora		**17.320.962**	**15.904.182**
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar		9.058.852	10.164.389
Receitas com Administração de Intercâmbio Eventual - Assistência Médico Hospitalar		3.611.225	980.699
Outras Receitas Operacionais		4.650.885	4.759.094
(-) Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência à Saúde		**(140.064)**	**(132.889)**
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde da Operadora		**(4.234.370)**	**(3.805.278)**
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(991.063)	(832.002)
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças		(2.691.014)	(2.424.068)
Provisão para Perdas Sobre Créditos		(552.293)	(549.208)
Outras Despesas Operacionais de Assistência à Saúde não Relacionadas com Plano de Saúde da Operadora		**(8.693.426)**	**(14.164.193)**
Resultado Bruto		**36.699.016**	**25.277.153**
Despesas de Comercialização		(308.795)	(996.847)
Despesas Administrativas	**21**	(26.830.458)	(26.206.556)
Resultado Financeiro Líquido	**22**	**(3.684.356)**	**(2.474.064)**
Receitas Financeiras		3.536.793	3.999.347
Despesas Financeiras		(7.221.149)	(6.473.411)
Resultado Patrimonial		**1.126.474**	**1.217.070**
Receitas Patrimoniais		1.126.474	1.217.070
Resultado Antes do Impostos e Participações		**7.001.881**	**(3.183.244)**
Imposto de Renda		(326.943)	(343.332)
Contribuição Social		(126.339)	(132.240)
Participações no Resultado		(561.013)	(465.240)
Resultado líquido dos exercícios		**5.987.586**	**(4.124.056)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unimed de Limeira Cooperativa de Trabalho Médico

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	Capital Social	Fundo de Reserva	RATES	Reserva para Contingências	Reserva de Avaliação de Ativos	Sobras e (Perdas) do Exercício	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2022	**23.106.873**	**6.273.089**	**468.963**	**26.556.823**	**6.700.141**	**3.387.802**	**66.493.691**
Destinação conf. A.G.O. de 3/2022							
Incorporação de sobras ao Capital Social	500.000	-	-	-	-	(500.000)	-
Transferência de Sobras p/ Fundo de Contingências	-	-	-	2.887.802	-	(2.887.802)	-
Incorporação Juros s/ Capital Social	1.801.903	-	-	-	-	-	1.801.903
Movimentação no Exercício							
Integralização de Capital	1.276.845	-	-	-	-	-	1.276.845
Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	(113.046)	113.046	-
Realização da Reserva para Contingências	-	-	-	(106.439)	-	-	(106.439)
Utilização RATES	-	-	(218.314)	-	-	218.314	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	(4.124.056)	(4.124.056)
Realização da Reserva para Contingências	-	-	-	(2.887.802)	-	2.887.802	-
Absorção da perda à disposição da AGO com fundo de reserva	-	(904.894)	-	-	-	904.894	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**26.685.621**	**5.368.195**	**250.649**	**26.450.384**	**6.587.095**	**-**	**65.341.944**
Movimentação no Exercício							
Integralização de Capital	1.445.897	-	-	-	-	-	1.445.897
Devolução de capital	(113.558)	-	-	-	-	-	(113.158)
Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	(113.046)	113.046	-
Utilização RATES	-	-	(250.649)	-	-	250.649	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	5.987.586	5.987.586
Constituição das reservas estatutárias							
Fundo de reserva - 10%	-	598.759	-	-	-	(598.759)	-
RATES - 5%	-	-	299.379	-	-	(299.379)	-
Incorporação Juros s/ Capital Social *ad referendum* da AGO	1.319.132	-	-	-	-	-	1.319.132
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**29.337.092**	**5.966.954**	**299.379**	**26.450.384**	**6.474.049**	**5.453.143**	**73.981.001**

Não houve outros resultados abrangentes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, portanto, não está sendo apresentada a demonstração do resultado abrangente. As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unimed de Limeira Cooperativa de Trabalho Médico

Demonstrações dos fluxos de caixa – método direto

Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	2023	2022
Atividades Operacionais		
(+) Recebimentos de Planos de Saúde	327.307.055	294.694.069
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	233.214	7.975.027
(+) Recebimento - Juros Aplicação Financeira	4.331	1.762
(+) Outros Recebimentos Operacionais	10.573.200	6.910.478
(-) Pagamentos a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(144.699.923)	(129.223.456)
(-) Pagamentos de Comissão	(226.552)	(457.631)
(-) Pagamentos de Pessoal	(47.140.523)	(42.152.862)
(-) Pró-Labore	(1.055.196)	(1.164.526)
(-) Pagamentos de Serviços Terceiros	(10.822.276)	(8.037.539)
(-) Pagamentos de Tributos	(29.755.716)	(27.992.128)
(-) Pagamentos de Contingências (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(1.717.838)	(642.899)
(-) Pagamentos de Aluguel	(510.158)	(482.859)
(-) Pagamentos de Promoção/Publicidade	(1.079.438)	(1.138.426)
(-) Aplicações Financeiras	(1.500.000)	-
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(88.013.682)	(86.535.490)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	**11.596.498**	**11.753.520**
Atividades de Investimento		
(+) Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado – Outros	8.600	47.809
(+) Recebimentos de Dividendos	261	-
(-) Pagamentos de Aquisição de Ativo Imobilizado - Hospitalar	(2.079.111)	(7.176.354)
(-) Pagamentos de Aquisição de Ativo Imobilizado - Outros	(162.910)	(394.802)
Caixa Líquido das Atividades de Investimento	**(2.233.160)**	**(7.523.347)**
Atividades de Financiamento		
(+) Integralização de Capital em Dinheiro	2.765.029	3.578.748
(+) Recebimento Empréstimos/ Financiamentos	401.724	4.132.554
(-) Pagamentos de Juros de Empréstimos/ Financiamento/ Leasing	(2.858.519)	(3.463.150)
(-) Pagamentos de Amortização de Empréstimos/ Financiam./ Leasing	(8.255.867)	(7.250.052)
(-) Pagamento de Participação nos Resultados	(169.697)	(272.671)
(-) Outros Pagamentos das Atividades de Financiamento	(629.624)	(1.410.574)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	**(8.746.954)**	**(4.685.145)**
Variação líquida do caixa	**616.384**	**(454.972)**
Disponível - Saldo Inicial	946.151	1.401.123
Disponível - Saldo final	1.562.535	946.151
	616.384	**(454.972)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A **Unimed de Limeira Cooperativa de Trabalho Médico**, tem por objetivo a congregação dos integrantes da profissão médica, notadamente em relação ao exercício de atividades ligadas a atendimento de usuários de planos de saúde por si contratados em nome de seus cooperados, para sua defesa econômico-social, proporcionando-lhes condições para o exercício de suas atividades.

A Cooperativa é regida pela Lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 que regulamenta o sistema cooperativista no País. A Sociedade conta com 167 cooperados em 31 de dezembro de 2023 (169 em 2022) Médicos Associados, Hospital, Pronto Atendimento, Serviços de Medicina Preventiva, Serviço de Saúde Ocupacional, Farmácia, Ótica, Serviços Credenciados (Hospital, Clínicas, Laboratórios) além de participar da rede de atendimento do Sistema Nacional Unimed.

2 Ambiente regulatório

Por meio da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, foi criada a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), autarquia sob regime especial vinculada ao Ministério da Saúde. A Cooperativa está subordinada às diretrizes e normas da ANS, a qual compete regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. Como operadora de planos de assistência à saúde, a Cooperativa encontra-se registrada na ANS sob o nº 30157-4

As operadoras de planos de saúde estão sujeitas às seguintes exigências estabelecidas pela ANS: RN nº 569/2022, RN nº 521/2022, RN nº 574/2023 e alterações vigentes:

A. Patrimônio líquido ajustado - PLA

Patrimônio Líquido, apurado nas demonstrações financeiras da Cooperativa, ajustado por efeitos econômicos regulamentados pela RN 569/2022, a saber:

I - dedução das participações diretas ou indiretas em outras operadoras de planos de assistência à saúde e em entidades financeiras, de seguros, resseguros e de previdência privada aberta ou fechada sujeitas à supervisão de outros órgãos federais de supervisão econômica setorial;

II -dedução dos créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social;
III -dedução das despesas diferidas;
IV -dedução das despesas antecipadas;
V -dedução do ativo não circulante intangível; e
VI -dedução do valor de *goodwill* das participações diretas ou indiretas não contempladas no inciso I do artigo 7º.

A Cooperativa deve manter, a qualquer tempo, PLA equivalente ou superior ao capital regulatório.

Em 31 de dezembro de 2023 o PLA da Cooperativa era de R$ 70.062.038 (R$ 61.408.590 em 2022).

B. Capital base - CB

O CB deve ser calculado a partir da multiplicação do fator 'K' pelo capital de referência que é atualizado anualmente, tendo como referência a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. Em 31 de dezembro de 2023 o capital de referência divulgado pela ANS foi de R$ 11.226.993 (R$ 10.883.087 em 2022).

O fator "K" vigente em dezembro de 2023 corresponde a 2,92%, de modo que o Capital base da Cooperativa é de R$ 327.828 (R$ 317.786 em 2022).

C. Capital Baseado em Risco - CBR

A RN nº 569/2022 dispõe sobre a regra de capital que define montante variável a ser observado pela Cooperativa em função de fatores pré-determinados por modelo padrão estabelecido pela ANS, compreendendo os principais riscos envolvidos nas atividades relacionadas à operação de planos privados de assistência à saúde, quais sejam: o risco de subscrição, o risco de crédito, o risco de mercado, o risco legal e o risco operacional.

Com base na estimativa destes riscos a necessidade de capital da Cooperativa é de R$ 28.244.701.

D. Capital regulatório

O capital regulatório a ser observado pelas operadoras será o maior entre os seguintes valores:
I - Capital base; ou
II - Capital baseado em riscos

O capital regulatório da Cooperativa é suficiente em R$ 41.817.337 conforme demonstrado a seguir:

	Valores
Necessidade de capital regulatório	28.244.701
Patrimônio líquido ajustado	70.062.038
Suficiência	**41.817.337**

3 Base de preparação das demonstrações financeiras

(a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com a legislação vigente, com observância da Lei das Sociedades Cooperativas - Lei 5.764/71, das Normas Brasileiras de Contabilidade, e padrões da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), conforme plano de contas estabelecido pela RN 528 de 29 de abril de 2022, como também parcialmente aos aspectos relacionados às Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, e as Regulamentações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. A Cooperativa também atendeu os quesitos da ITG 2004, na formatação das demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 estão sendo apresentadas em conjunto com as correspondentes de 2022, de forma a permitir a comparabilidade.

A exigência da Demonstração dos Fluxos de Caixa foi atendida, mediante sua montagem pelo método direto, conforme RN/ANS nº 528/2022, com a reconciliação do Lucro Líquido com o Caixa Líquido obtido das atividades operacionais, de acordo com o CPC nº 03 (R2) e CFC NBC TG 03 (R3).

A Administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, referidas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Cooperativa em 16 de fevereiro de 2024, diante disso, não ocorreram eventos entre a data de encerramento do exercício social e a aprovação das demonstrações financeiras que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira. A Administração da Cooperativa afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Nos exercícios de 2023 e 2022, a Cooperativa não realizou operações para apresentação das demonstrações do resultado abrangente. Dessa forma, a Cooperativa não está apresentando as demonstrações do resultado abrangente para os exercícios de 2023 e 2022.

(b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

(c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Cooperativa são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Cooperativa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Cooperativa.

(d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas da ANS e as normas emitidas pelo CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, ingressos e dispêndios. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos, referente às práticas contábeis adotadas pela Cooperativa e que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material em 31 de dezembro de 2023 são:

(i) Análise econômica para fins de mensuração da provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa dos créditos de operações com planos de assistência à saúde relacionado e não relacionado com o plano de saúde da operadora e dos títulos a receber – notas 6 e 7;

(ii) Análise da vida útil econômica para fins de determinação da depreciação do ativo imobilizado – nota 10;

(iii) Análise da vida útil econômica para fins de determinação da amortização do ativo intangível – nota 11;

(iv) Provisão para Remissão, PEONA e PEONA SUS e Ressarcimento ao SUS – nota 12; e

(v) Reconhecimento e mensuração de provisões de demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos – nota 18.

4 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

4.1 Caixa e equivalentes de caixa – disponível e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de disponível (numerário em conta corrente) e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na liquidação das obrigações de curto prazo. As aplicações financeiras são apresentadas no ativo circulante e não circulante estão classificadas como:

- Aplicações garantidoras de provisões técnicas: nos termos da RN/ANS nº 521/2022. As aplicações vinculadas possuem cláusula restritiva de resgate dependendo de prévia autorização da ANS à instituição financeira e devem ser suficientes para garantir o saldo da: provisão de eventos a liquidar que tenham sido avisados a mais de 60 dias, provisão para eventos ocorridos e não avisados e provisão para remissão. As aplicações não vinculadas têm como objetivo lastrear o saldo da provisão de eventos a liquidar que tenham sido avisados nos últimos 60 dias e que não necessitam de garantias vinculadas.
- Aplicações livres: Circulante: são resgatáveis no prazo de até 90 dias com risco insignificantes de mudança de seu valor de mercado. Não circulante: classificadas como mantidas até o vencimento, sendo que o prazo de resgate é maior do que o exercício social seguinte.

As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Os ganhos ou perdas são registrados no resultado do exercício respeitando a competência, em sua maioria são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

4.2 Ativos financeiros

4.2.1 Classificação

A Cooperativa classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Cooperativa compreendem: disponível; aplicações financeiras; créditos de operações com planos de assistência à saúde relacionados e não relacionados com planos de saúde da operadora; e bens e títulos a receber.

4.2.2 Reconhecimento e mensuração

Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Cooperativa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.2.3 Passivos financeiros não derivativos

A Cooperativa reconhece passivos financeiros, inicialmente, na data de negociação na qual a Cooperativa se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Cooperativa baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. A Cooperativa classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

A Cooperativa tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: eventos indenizáveis; débitos de operações de assistência à saúde relacionados e não relacionados com plano de saúde da operadora; e débitos diversos.

4.3 *Impairment* de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Cooperativa avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Para os créditos de operações com planos de assistência à saúde e os créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora, os critérios para o cálculo da provisão para perda (*impairment*) estão determinados por meio de Resolução Normativa da ANS, conforme demonstrado na nota 4.4.

4.4 Créditos de operações com planos de assistência à saúde

São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos, pois não possuem caráter de financiamento em contrapartida à: (i) conta de resultado de contraprestações efetivas de operações de assistência à saúde para os Planos Médico-Hospitalares e (ii) conta de resultado “receitas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da Operadora” no que se refere aos serviços médicos e hospitalares prestados a particulares e as outras Operadoras de Planos Médico-Hospitalares. A Cooperativa constitui a provisão para créditos de liquidação duvidosa de acordo com o item 10.2.3 do Capítulo I do Anexo I da RN/ANS nº 528/2022, considerando de difícil realização os créditos:

I. Nos planos individuais com preço preestabelecido, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 60 (sessenta) dias, a totalidade do crédito desse contrato foi provisionada;
II. Para todos os demais planos, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato foi provisionada;
III. Para os créditos de operações não relacionadas com planos de saúde de assistência à saúde da própria operadora, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito foi provisionada.

4.5 Estoques

Os estoques são demonstrados pelo custo de aquisição ou valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação do "custo médio ponderado".

4.6 Investimentos

Representados, basicamente, por participações societárias no sistema cooperativista avaliados pelo custo.

4.7 Imobilizado

Compreendido, predominantemente, pela infraestrutura de instalações administrativas, máquinas e equipamentos. O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment)* acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e valores residuais durante a vida útil estimada, a saber:

Descrição	Vida Útil	Taxa Anual
Edificações	35 a 54 anos	1,85% a 2,86%
Instalações	12 anos	8,33%
Móveis e Utensílios	12 anos	8,33%
Aparelhos e Equipamentos	12 anos	8,33%
Terminais e Periféricos	4 anos	25,00%
Softwares e Aplicativos	10 anos	10,00%
Veículos	10 anos	10,00%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outros ingressos operacionais no resultado.

4.8 Ativos intangíveis – software

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares à taxa de 20% a.a.

4.9 Arrendamentos

A Cooperativa avalia se um contrato é ou contém arrendamento se ele transmite o direito de controlar o uso do ativo identificado por um período, em troca de contraprestações. Tal avaliação é realizada no momento inicial. As isenções são aplicadas para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

O custo do ativo de direito de uso compreende:

(i) o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
(ii) quaisquer pagamentos de arrendamentos efetuados até a data;
(iii) custos diretos incorridos; e
(iv) estimativas de custos a serem incorridos na desmontagem e remoção do ativo, quando aplicável e está reconhecido na conta “Imobilizado”.

O passivo do arrendamento é mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento, descontado pela taxa implícita ou taxa incremental sobre empréstimos do arrendatário, representando a obrigação de efetuar os pagamentos do arrendamento e está reconhecida na conta “Passivo de Arrendamentos”.

Os contratos que contém arrendamento nos termos da norma vigente que a Cooperativa possui em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 não representam valores materiais e, portanto, não foram registrados o direito de uso e o passivo de arrendamento

4.10 *Impairment* de ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Cooperativa, que não os estoques, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal

indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado e, quando o valor em uso do ativo ou o seu valor de mercado é menor que o valor contábil, é registrada a perda por *impairment* entre essa diferença.

4.11 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como dispêndios, conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a partir de uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

4.12 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

As provisões técnicas foram calculadas de acordo com as determinações da Resolução Normativa nº 569/2022 e alterações, com exceção da provisão de eventos a liquidar que é calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde efetivamente recebidas pelas operadoras e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas conforme estabelecido pela RN ANS nº 574/2023 e RN nº 528/2022 e suas alterações vigentes.

(i) Provisão de Prêmios ou Contraprestações Não Ganhas – PPCNG

É constituída conforme prevista na RN/ANS nº 528/2022 e caracteriza-se pelo registro contábil do valor mensal cobrado pela Cooperativa para cobertura do risco contratual da vigência que se inicia naquele mês, devendo ser baixada a crédito de ingressos de prêmios ou contraprestações, no último dia do mês de competência, pelo risco já decorrido no mês. Os valores registrados na PPCNG não precisam ser lastreados por ativos garantidores.

(ii) Provisão para remissão

Provisão calculada mensalmente decorrente de obrigação contratual de manter assistência à saúde aos dependentes, quando da ausência do titular. Foi estabelecida por resolução normativa da ANS e constituída pelo valor definido por laudo técnico atuarial.

(iii) Provisões para eventos a liquidar

Provisões para fazer frente aos valores a pagar por eventos avisados até a data-base de apuração. A resolução dispõe, também, que o registro contábil dos eventos a liquidar deverá ser realizado pelo valor integral cobrado pelo prestador ou apresentado pelo beneficiário, no primeiro momento da identificação da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da preliminar das despesas médicas.

(iv) Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados – PEONA

Destinada para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados à Operadora. Constituída com base nos parâmetros previstos na Resolução Normativa – RN nº 574/2023 e alterações, expedida pela ANS.

(v) Provisão de eventos a liquidar para o SUS

Refere-se a cobranças do ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecidas pelo artigo 32 da Lei nº 9656/1998, advindas de atendimento médico, hospitalar e ambulatorial pela rede pública de saúde a beneficiários do próprio plano de saúde.

4.13 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor da transação, ou seja, pelo valor recebido das instituições financeiras, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, eles estão sujeitos a juros e são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

4.14 Cotas de cooperados

As cotas de capital são classificadas no patrimônio líquido. No caso de demissão, os cooperados têm seu capital social devolvido, conforme Estatuto Social e a legislação cooperativista.

4.15 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Cooperativa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Cooperativa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos

e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas (*impairment)* quando necessário. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando, provavelmente, sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

4.16 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes e os circulantes quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados ao valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nos ingressos, dispêndios e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de dispêndios e ingressos financeiros no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa. As taxas de juros implícitas quando aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

4.17 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.
- Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Cooperativa questionou a inconstitucionalidade de tributos.

4.18 Ingresso operacional

4.18.1 Reconhecimento dos ingressos e respectivos custos

Por determinação da ANS, são classificados como "contraprestações efetivas de planos de assistência à saúde" o resultado líquido dos ingressos (receitas), deduzidas às variações das provisões técnicas, os abatimentos, cancelamentos e restituições, registradas por período de implantação do plano, natureza jurídica da contratação e modalidade de cobertura.

A apropriação dos ingressos observa o regime de competência de exercícios considerando:

(i) nos contratos com preços preestabelecidos, o período de cobertura contratual; e
(ii) nos contratos com preços pós-estabelecidos, a data em que se fazem presentes os fatos geradores do ingresso.

4.18.2 Reconhecimento dos eventos indenizáveis

A apropriação dos respectivos custos (eventos indenizáveis) ocorre no recebimento das respectivas contas e por meio da constituição de provisão como referido na nota explicativa 12.

Os eventos indenizáveis são constituídos com base no valor das faturas apresentadas pela rede credenciada e cooperados e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas. Como parte dessas faturas não são apresentadas dentro do período da sua competência, ou seja, há eventos realizados nestes prestadores e cooperados que não são cobrados/avisados na totalidade a Cooperativa ao final de cada mês, os eventos ocorridos e não avisados são registrados mediante constituição de PEONA – Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados.

Os demais ingressos e dispêndios observam o regime de competência de exercícios para o seu reconhecimento.

4.18.2 Ingressos financeiros e dispêndios financeiros

Os ingressos financeiros abrangem receitas de juros sobre fundos investidos. O ingresso de juros é reconhecido no resultado por meio do método dos juros efetivos. Os dispêndios financeiros abrangem juros e despesas bancárias.

4.19 Imposto de renda e contribuição social – correntes

Calculados com base no lucro real tributável, conforme determinações da Secretaria da Receita Federal às operações consideradas não cooperadas; e as alíquotas estabelecidas para o imposto de renda e para a contribuição social, nos termos da legislação fiscal e alíquotas vigentes. O resultado decorrente das operações com cooperados é isento desses tributos.

5 Aplicações financeiras

	2023		2022
Modalidade	**Circulante**	**Não circulante**	**Circulante**
Soberano Saúde - FIC RF LP ANS	8.767.561	-	8.007.090
Compromissada DI	3.444.837	-	3.100.480
	(33.275)	-	(39.592)
	12.179.123	**-**	**11.067.978**
Compromissada DI	1.560.663	-	237.664
Renda fixa CDB	-	57.491	
	(13.649)	(518)	(4.549)
	1.547.014	**56.973**	**233.115**
	13.726.137	**56.973**	**11.301.093**

As aplicações financeiras são de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e representadas substancialmente por aplicações financeiras em fundos e certificados de depósitos bancários.

As taxas de juros são as normais do mercado para as modalidades, considerando o valor e a época das aplicações, e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Cooperativa.

(i) As aplicações garantidoras de provisões técnicas são aplicações financeiras vinculadas em Fundos Dedicados ao Setor de Saúde Suplementar, por meio de convênios entre a ANS e as instituições cuja movimentação ou desvinculação está sujeita à aprovação prévia da ANS, em conformidade com a RN 521 de 29 de abril de 2022.

6 Créditos de operações com planos de assistência à saúde

	2023	2022
Contraprestações Pecuniárias a Receber		
Faturas a Receber	2.530.867	1.375.176
Mensalidades a Receber	2.394.086	2.033.081
(-) Provisão p/ Perdas sobre Créditos **(i)**	(792.072)	(572.999)
	4.132.881	**2.835.258**
Participação dos Beneficiários		
Participação dos Beneficiários	323.962	231.498
(-) Provisão p/ Perdas sobre Créditos **(i)**	(79.852)	(60.151)
	244.110	**171.347**
Operadoras de Saúde de Assist. Médico-Hospitalar		
Contraprestações Corresonsabilidade Assumida Preço Pós estabelecido	4.701.947	3.665.380
(-) Provisão p/ Perdas sobre Créditos **(i)**	(3.362)	-
	4.698.585	**3.665.380**
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		
Fundos de custeio **(ii)**	1.286.291	1.094.101
	1.286.291	**1.094.101**
	10.361.867	**7.766.086**

(i) Constituída de acordo com os critérios da RN ANS detalhados no item 4.4. A Administração da Cooperativa, em análises dos créditos vencidos e a vencer, não tem expectativa de outras perdas.

(ii) No exercício de 2023 a Cooperativa contribuiu para o Fundo Contingência Assistencial para Unimed do Estado de São Paulo – Federação Estadual das Cooperativas Médicas (Unimed FESP) – CNPJ nº 43.643.139/0001-66, criado exclusivamente para o pagamento do medicamento de alto custo Zolgensma. As contribuições para o fundo durante o exercício de 2023 estão demonstradas a seguir:

Período	Contribuição
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.094.101
Janeiro	14.546
Fevereiro	14.779
Março	14.708
Abril	14.655
Maio	14.676
Junho	14.640
Julho	14.609
Agosto	21.931
Setembro	21.938
Outubro	21.938
Novembro	21.894
Dezembro	21.981
(-) Baixa Utilização Fundo	(147.446)
Atualização monetária	127.341
	1.286.291

No terceiro trimestre de 2023 a Cooperativa prestou atendimento a um beneficiário com a doença genética rara denominada Atrofia Muscular Espinal que gerou um custo assistencial de R$ 8.094.970, para pagamento do medicamento Zolgensma, utilizado no tratamento da doença em questão que foi custeado por esse fundo. A Cooperativa registrou o evento pelo seu valor total e na sequência registrou o montante que será ressarcido pelo Fundo Assistencial, conforme nota explicativa 12.

7 Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora

	2023	2022
Intercâmbio a Receber Atendimento Eventual **(i)**	978.477	2.184.161
Convênios do Hospital	137.270	557.930
Empresas Diversas a Receber	981.576	726.683
(-) Provisão para Perdas Sobre Créditos **(ii)**	(97.312)	(230.943)
	2.000.011	**3.237.831**

(i) Contas a receber referentes aos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços de saúde de outras Unimed's.

(ii) Constituída de acordo com os critérios da RN ANS detalhados no item 4.4. A Administração da Cooperativa, em análises dos créditos vencidos e a vencer, não tem expectativa de outras perdas.

8 Bens e títulos a receber

	2023	2022
Estoques		
Materiais e medicamentos hospitalares **(i)**	4.543.485	4.520.314
Materiais e medicamentos farmácia comercial	-	161.905
Materiais e artigos de ótica	475.531	519.235
	5.019.016	**5.201.454**
Cheques a Receber		
Cheques pré-datados a depositar	10.448	44.665
Cheques devolvidos a receber	1.798	73.476
(-) Provisão p/ Perdas sobre Créditos	(1.798)	(73.476)
	10.448	**44.665**
Adiantamentos		
Salários	19.163	23.276
Férias	257.808	234.914
Para viagem de funcionário	9.084	-
Fornecedores	46.770	70.574
	332.825	**328.764**
Outros Títulos a Receber		
Convênios a receber	234.140	249.979
Cartão Mastercard a receber	629.271	512.156
Cartão Usecred a receber	-	952
Outros títulos a receber	1.956	1.236
Crédito a Receber ANS – TSS **(ii)**	850.665	850.665
	1.716.032	**1.614.988**
	7.078.321	**7.189.871**

(i) Refere-se aos estoques de materiais e medicamentos utilizados no hospital e mercadorias de revenda da farmácia e ótica, avaliados pelo custo médio de aquisição. A Administração avaliou que não há necessidade de provisão para perdas nos estoques por deterioração, vencimento ou *impairment*.

(ii) Refere-se ao crédito a receber da ANS referente a taxa de saúde suplementar recolhida indevidamente.

9 Investimentos

	Saldos em 1º/1/2022	Adições	Saldos em 31/12/2022	Adições	Saldos em 31/12/2023
Participações Societárias em Operadoras e Rede Assistencial					
Federação das Unimeds do Estado de São Paulo	1.350.086	122.361	1.472.447	-	1.472.447
Unimed Centro Paulista - Federação Intrafederativa	805.573	-	805.573	-	805.573
Central Nacional Unimed	405.303	-	405.303	33.652	438.955
	2.560.962	**122.361**	**2.683.323**	**33.652**	**2.716.975**
Participações Societárias em Instituições Reguladas					
Sicred Limeira	109.154	24.473	133.627	22.848	156.475
Ações Unibanco	473	-	473	-	473
Banco Unicred	4.341	157	4.498	542	5.040
Banco sisprime	-	-	-	1.008	1.008
	113.968	**24.630**	**138.598**	**24.398**	**162.996**
Outros Investimentos					
Unimed Participações	123.711	53.158	176.869	-	176.869
Unimed Participações - Adto p/ Futuro Investimentos	159.595	4.120	163.715	-	163.715
Unihosp	5.000	-	5.000	-	5.000
Unimed Central de Bens e Servicos	-	150.000	150.000	4.963	154.963
	288.306	**207.278**	**495.584**	**4.963**	**500.547**
	2.963.236	**354.269**	**3.317.505**	**63.013**	**3.380.518**

Os investimentos em sociedades cooperativas não representam controladas e/ ou coligadas e seus saldos contábeis são mantidos a custo de aquisição, e deduzidos da provisão para *impairment*, quando aplicável.

10 Imobilizado

a. Composição do saldo

			2023	2022
	Custo	Depreciação acumulada	Total líquido	Total líquido
Terrenos	7.634.707	-	7.634.707	7.634.707
Edificações	93.588.468	(9.904.829)	83.683.639	85.219.944
Instalações	3.370.098	(2.401.751)	968.347	984.971
Máquinas e equipamentos	18.476.917	(9.596.260)	8.880.657	8.359.792
Terminais e periféricos	3.059.867	(2.745.165)	314.702	371.990
Móveis e utensílios	5.273.103	(1.900.140)	3.372.963	3.608.568
Veículos	481.447	(310.239)	171.208	198.825
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.785.732	(3.750.320)	35.412	41.219
Obras em andamento	375.753	-	375.753	36.072
	136.046.092	**(30.608.704)**	**105.437.388**	**106.456.088**

A Administração da Cooperativa realizou a análise da vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado e a definição dos valores residuais finais. Portanto, no exercício de 2023 e de 2022, o cálculo da depreciação já contempla essas análises (valor depreciável), bem como, a análise quanto à recuperabilidade dos bens do ativo imobilizado.

b. Movimentação do custo

	1º/1/2022	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2023
Terrenos	7.634.707	-	-	-	7.634.707	-	-	-	7.634.707
Edificações	18.181.199	-	19.333	75.387.936	93.588.468	-	-	-	93.588.468
Instalações	3.084.647	212.104	(47.250)	-	3.249.501	120.597	-	-	3.370.098
Máquinas e equipamentos	14.860.130	1.724.521	(59.900)	-	16.524.751	1.944.164	-	8.002	18.476.917
Terminais e periféricos	2.674.591	188.270	(13.929)	55.608	2.904.540	153.707	-	1.620	3.059.867
Móveis e utensílios	2.755.395	2.301.071	(7.405)	-	5.049.061	233.664	-	(9.622)	5.273.103
Veículos	424.395	96.970	-	-	521.365	37.000	(76.918)	-	481.447
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.732.603	47.549	-	-	3.780.152	5.580	-	-	3.785.732
Imobilizado em andamento	71.935.367	3.675.426	(19.333)	(75.555.388)	36.072	347.406	(7.725)	-	375.753
	125.283.034	**8.245.911**	**(128.484)**	**(111.844)**	**133.288.617**	**2.842.118**	**(84.643)**	**-**	**136.046.092**

c. Movimentação da depreciação acumulada

	1º/1/2022	Adições	Baixas	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2023
Edificações	(7.233.039)	(1.135.485)	-	(8.368.524)	(1.536.305)	-	(9.904.829)
Instalações	(2.150.742)	(126.811)	13.023	(2.264.530)	(137.221)	-	(2.401.751)
Máquinas e equipamentos	(6.887.451)	(1.296.260)	18.752	(8.164.959)	(1.433.099)	1.798	(9.596.260)
Terminais e periféricos	(2.358.204)	(188.245)	13.899	(2.532.550)	(214.329)	1.714	(2.745.165)
Móveis e utensílios	(1.099.065)	(341.428)	-	(1.440.493)	(461.576)	1.929	(1.900.140)
Veículos	(271.785)	(50.755)	-	(322.540)	(64.617)	76.918	(310.239)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(3.663.856)	(75.077)	-	(3.738.933)	(11.387)	-	(3.750.320)
	(23.664.142)	**(3.214.061)**	**45.674**	**(26.832.529)**	**(3.858.534)**	**82.359**	**(30.608.704)**

11 Intangível

	Saldos em 1º/1/2022	Adições	Transferências	Saldos em 31/12/2022	Adições	Saldos em 31/12/2023
Software e Aplicativos	2.465.920	13.538	111.844	2.591.302	34.147	2.625.449
(-) Amortização Acumulada	(1.655.887)	(319.825)	-	(1.975.712)	(222.662)	(2.198.374)
	810.033	**(306.287)**	**111.844**	**615.590**	**(188.515)**	**427.075**

12 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

	2023		2022	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Provisões de Contraprestações				
Remissão	46.877	132.002	28.153	20.830
	46.877	**132.002**	**28.153**	**20.830**
Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS				
Eventos a Liquidar P/ SUS - GRUS	69.584	-	100.849	-
Provisão Ressarcimento ao SUS - ABIS	136.663	-	131.878	-
	206.247	**-**	**232.727**	**-**
Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prest. De Serv. Assist. (i)				
Cooperados	3.701.200	-	3.631.359	-
Rede credenciada	4.733.366	-	4.199.340	-
Intercâmbio	427.822	-	715.574	-
	8.862.388	**-**	**8.546.273**	**-**
Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA				
PEONA	1.515.038	-	2.059.874	-
PEONA SUS	229.716	-	269.747	-
	1.744.754	**-**	**2.329.621**	**-**
	10.860.266	**132.002**	**11.136.774**	**20.830**

(i) No terceiro trimestre de 2023 a Cooperativa prestou atendimento a um beneficiário com a doença genética rara denominada Atrofia Muscular Espinal que gerou um custo assistencial de R$ 8.094.970, para pagamento do medicamento Zolgensma, utilizado no tratamento da doença em questão. No entanto, a Operadora participa do “Fundo de Contingência Assistencial das Unimeds do Estado de São Paulo” que tem por objetivo o custeio de despesas assistenciais de alto custo, exclusivamente para o pagamento desse medicamento, conforme nota explicativa 6. Sendo assim a Cooperativa registrou o evento pelo seu valor total e na sequência registrou o montante que será ressarcido pelo Fundo Assistencial. Em 31 de dezembro de 2023 o montante residual que ainda será ressarcido pelo Fundo é de R$ 4.433.455.

A forma de constituição e manutenção das provisões técnicas estão descritas na nota 4.12.

A ANS, por meio de Resolução Normativa RN 521/2022, passou a exigir das operadoras a partir daquelas datas, de Patrimônio Líquido Ajustado, Capital baseado em risco, Provisão para Remissão e Provisão de Eventos Ocorridos e não Avisados (PEONA e PEONA-SUS), entre outras provisões a serem estabelecidas para garantia de obrigações contratuais.

As mencionadas Provisões Técnicas estão garantidas por aplicações do segmento de renda detalhadas na nota 5, atendendo aos critérios estabelecidos pela RN 521/2022da ANS, representadas por fundos e certificados de depósitos bancários, dedicados ao Setor de Saúde Suplementar.

13 Débitos de Operação de Assistência à saúde

	2023	2022
Contrap. Pecuniária Recebida Antecipada/e - Assist. Médico Hosp.		
Recebimentos Faturas - Pessoa Jurídica	403.832	199.839
	403.832	**199.839**
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde (i)		
Intercâmbio a Pagar de Corresponsabilidade Cedida Pr. Preestabelecido	498.988	570.129
Intercâmbio a Pagar de Corresponsabilidade Cedida Pr. Pós-estabelecido	490.610	520.712
	989.598	**1.090.841**
Outros débitos		
Cred. Progr. ou Fundos p/ Custeio Desp. Ass.Med.Hosp.	21.981	14.569
	21.981	**14.569**
	1.415.411	**1.305.249**

(i) Registro correspondente a valores a pagar decorrentes do compartilhamento da gestão de riscos entre operadoras de planos de assistência à saúde, por conta da cessão de beneficiários da Unimed Limeira para outras operadoras Unimed's conforme natureza dos respectivos contratos, pelo atendimento em intercâmbio qualificado na modalidade habitual

14 Débitos de operação de assistência à saúde não relacionados com o plano de saúde da operadora

Correspondentes a custos assistenciais a pagar de atendimentos eventuais a usuários de outras Operadoras de Planos de Saúde, compostos da seguinte forma:

	2023	2022
Cooperados	941.349	1.400.785
Contratados - Pessoa Física	264.851	107.647
Rede Credenciada - Pessoa Jurídica	1.138.208	1.405.935
Intercâmbio	1.844	21.823
Prestadores eventuais	7.296	280
	2.353.548	**2.936.470**

15 Tributos e encargos sociais a recolher

	2023	2022
CSLL a Recolher	9.327	10.130
ISSQN a Recolher	467.682	316.035
INSS sobre Folha de Pagamento	1.168.177	1.090.542
FGTS a Recolher	332.908	386.811
COFINS a Recolher	212.446	113.706
PIS a Recolher	34.232	17.334
IRRF a Recolher	1.570.624	1.972.626
INSS retido de terceiros	492.419	475.265
Outros Impostos a Recolher	256.640	245.910
	4.544.455	**4.628.359**

16 Empréstimos e financiamentos

			2023			2022		
Finalidade	**Taxa juros a.a.**	**Vencimento final**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
Capital de giro	2,9% + 100% CDI	16/9/2024	1.336.652	-	1.336.652	1.176.551	1.666.780	2.843.331
Aquisição prédio da ótica	2,9% + 100% CDI	3/6/2024	657.440	-	657.440	1.159.149	579.575	1.738.724
Construção do hospital	10,25%	1/6/2029	4.810.704	21.648.172	26.458.876	4.728.495	26.006.723	30.735.218
			6.804.796	**21.648.172**	**28.452.968**	**7.064.195**	**28.253.078**	**35.317.273**

As garantias são aval dos diretores e o próprio bem em construção.

17 Débitos diversos

	2023		2022	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Salários a pagar	810.076	-	1.049.064	-
Honorários conselhos a pagar	-	-	100.651	-
Provisão de férias e encargos	5.457.608	-	5.045.559	-
Fornecedores **(i)**	10.264.874	7.222	8.599.584	-
Depósitos de beneficiários e de terceiros	18.819	-	347.834	-
Aluguéis a pagar	738	-	2.435	-
Débitos de funcionários	292.278	-	231.045	-
Débitos de cooperados	310.739	-	287.006	-
Antecipação de recebíveis - Banco Itaú	279.996	186.664	279.996	466.660
Outros débitos a pagar	97.703	-	90.140	-
Participação nos lucros	390.000	-	-	-
	17.922.831	**193.886**	**16.033.314**	**466.660**

(i) O saldo é composto, substancialmente, pelos valores a pagar a fornecedores de materiais e medicamentos utilizados nos atendimentos assistenciais da rede própria e para abastecimento da farmácia comercial. Não há inadimplência nesse saldo.

18 Provisões para ações judiciais e depósitos judiciais

A Cooperativa no desenvolvimento normal de suas operações está sujeita a certos riscos, representados por eventuais ações tributárias, reclamações trabalhistas e cíveis nas esferas administrativa e judicial, os quais, quando aplicável, estão suportados por depósitos judiciais. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é considerado suficiente pela administração e assessoria jurídica da Cooperativa para fazer face a eventuais perdas que possam advir no futuro.

Os saldos das provisões e dos respectivos depósitos judiciais, estão demonstrados a seguir:

	2023		2022	
	Provisão	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial
Ações Tributárias				
INSS – Folha **(i)**	5.925.088	5.925.088	4.886.568	4.886.568
ISSQN **(i)**	8.004.045	7.707.185	5.618.342	5.321.485
IRRF	294.984	-	-	-
	14.224.117	**13.632.273**	**10.504.910**	**10.208.053**
Ações Cíveis (ii)				
Prov. Contingências Cíveis Diversas	5.316.796	1.298.751	4.305.462	116.404
	5.316.796	**1.298.751**	**4.305.462**	**116.404**
Ações Trabalhistas (iii)				
Prov. Contingências Trabalhistas Diversas	90.000	12.665	140.564	23.283
	90.000	**12.665**	**140.564**	**23.283**
	19.630.913	**14.943.689**	**14.950.936**	**10.347.740**

(i) Corresponde a provisão destinada à cobertura do INSS patronal incidente sobre verbas indenizatórias, que estão sendo questionadas judicialmente; e pela provisão destinada à cobertura das despesas com ISSQN, relativo aos clientes residentes ou estabelecidos nos Municípios de Iracemápolis, Cordeirópolis e Engenheiro Coelho, cujos valores estão sendo depositados judicialmente.

(ii) Refere-se a ações de usuários requerendo o custeio de tratamentos e procedimentos médicos e hospitalares excluídos da cobertura contratada, os quais nossa assessoria jurídica considera como prováveis as possibilidades de perdas nas respectivas demandas parcialmente cobertas por depósitos judiciais

(iii) Refere-se a provisão de ações de reclamações trabalhistas, avaliadas como perda provável pelos nossos assessores jurídicos parcialmente cobertas por depósitos judiciais.

De acordo com as legislações vigentes, as operações da Cooperativa estão sujeitas a revisões pelas autoridades fiscais em períodos prescricionais diferentes para os diversos impostos e contribuições federais, estaduais e municipais.

19 Passivos contingentes

A Cooperativa discute ações cíveis e trabalhistas no montante de R$ 11.141.927 (R$ 12.511.238 em 2022) e R$ 397.744,45, respectivamente, cuja opinião dos consultores jurídicos quanto a probabilidade de perda para 31 de dezembro de 2023 é que o desfecho desses processos pelo andamento atual classifica-se como possível.

Tais ações, devido à natureza e histórico são plenamente passíveis de acordos de menor valor. Sobre estas demandas não foi constituída provisão, considerando que a probabilidade de perdas é possível, mas não provável.

20 Patrimônio líquido

a. Capital social

O Capital social é formado por cotas partes distribuídas entre os cooperados e classificado no patrimônio líquido. De acordo com o Estatuto Social cada associado tem direito a um só voto, qualquer que seja o número de suas cotas partes. Conforme previsto no Estatuto Social, serão atribuídos juros de até 12% sobre o capital integralizado, quando apuradas sobra no final do exercício com valores definidos na Assembleia Geral Ordinária.

Em 31 de dezembro de 2023 foi incorporado o montante de R$ 1.319.132 de juros ao capital *ad referendum da AGO*.

b. Destinações estatutárias

De acordo com o Estatuto Social da Cooperativa e a Lei nº 5.764/1971, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

- 10% para Fundo de Reserva, destinada a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;

- 5% para Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social – RATES, destinada à prestação de assistência aos cooperados e funcionários da Cooperativa, nos termos de regulamentação própria a ser definida em Assembleia Geral, sendo indivisível nos casos de dissolução e liquidação;

- Reserva para Contingências: Reserva constituída mediante transferência de sobras apuradas em exercícios anteriores, conforme deliberação das respectivas Assembleias Gerais Ordinárias, destinada a fazer frente à cobertura de eventuais contingências que possam incorrer contra a Cooperativa, perfazendo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 o montante de R$ 26.450.384.

- Reserva de Avaliação de Ativos: Foram efetuadas pela empresa SETAPE Serviços Técnicos de Avaliações do Patrimônio d Engenharia S/C Ltda., em diferentes exercícios sendo a 1º em agosto de 2005, e objetivou apurar e mensurar a época, o real valor dos bens imobiliários e a última em janeiro de 2010 por aderência aos Pronunciamentos Técnicos CPC´s nºs 01 e 27 – Ativo Imobilizado. O saldo da referida reserva em 31 de dezembro de 2023 perfaz o montante de R$ 6.474.049 (R$ 6.587.095 em 2022).

c. Sobras (perdas) à disposição da AGO

As sobras apuradas após a constituição das reservas estatutárias ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária (AGO) para deliberação quanto à sua destinação.

Por decisão do Conselho de Administração e "*Ad-referendum* da AGO", o resultado das operações com terceiros não foi demonstrado e nem levado à conta da RATES, conforme determinação da legislação aplicável.

De acordo com a legislação que rege as sociedades cooperativas, Lei nº 5.764/1971, e o Estatuto Social, as sobras à disposição da AGO podem ser capitalizadas ou distribuídas aos cooperados de acordo com a usufruição dos serviços da Cooperativa ou, ainda, incorporadas em reservas conforme deliberação dos cooperados na Assembleia Geral. As perdas são compensadas com as reservas existentes na data do balanço.

As sobras (perdas) à disposição da AGO estão demonstradas a seguir:

	2023	2022
Resultado líquido do exercício	**5.987.586**	**(4.124.056)**
Realização da reserva de reavaliação	113.046	113.046
Utilização da RATES	250.649	218.314
Realização da Reserva para Contingências	-	2.887.802
Absorção da perda à disposição da AGO com fundo de reserva	-	904.894
Constituição das reservas estatutárias		
RATES - 5%	(299.379)	-
Fundo de Reserva - 10%	(598.759)	-
	5.453.143	**-**

21 Despesas administrativas

	2023	2022
Pessoal	(16.112.643)	(15.640.621)
Serviços de terceiros	(1.852.008)	(1.976.999)
Localização e funcionamento	(2.122.814)	(2.745.273)
Publicidade e propaganda	(1.760.073)	(1.713.260)
Tributos	(451.863)	(423.943)
Contribuições com entidades de classe	(435.913)	(414.723)
Seguro cooperados	(2.011.686)	(1.465.647)
Plano de saúde / odontológico dos cooperados	(1.666.504)	(1.495.245)
Despesas administrativas diversas	(416.954)	(330.845)
	(26.830.458)	**(26.206.556)**

22 Resultado financeiro líquido

	2023	2022
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	1.391.090	1.489.477
Juros por recebidos em atraso	795.627	683.342
Receita com créditos tributários	-	279.697
Atualização dos depósitos judiciais	1.021.826	1.300.375
Descontos obtidos	200.845	144.330
Receitas financeiras diversas	127.405	102.126
	3.536.793	**3.999.347**
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(3.828.002)	(4.401.012)
Juros s/ Capital próprio	(1.614.117)	-
Encargos de tributos	(1.031.935)	(1.321.780)
Juros por pagamento em atraso	(22.133)	(11.554)
IOF	(21.807)	(21.265)
Despesas bancárias	(79.462)	(35.590)
Tarifa de cobrança	(621.758)	(662.149)
Descontos concedidos	-	(20.061)
Outras despesas financeiras	(1.935)	-
	(7.221.149)	**(6.473.411)**
	(3.684.356)	**(2.474.064)**

23 Transações com partes relacionadas

A estrutura de governança corporativa da Cooperativa compreende a Diretoria, cujas atribuições, poderes e funcionamento são definidos no Estatuto da Cooperativa. Os diretores são os representantes legais da Cooperativa, responsáveis principalmente, pela sua administração e pelo desenvolvimento das políticas e diretrizes gerais. São eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, com mandato de 4 anos para o Conselho de Administração, sendo obrigatória a reeleição de até 1/3 de seus integrantes, para o Conselho Fiscal o mandato é de 1 ano com permissão para reeleição de 2/3 dos seus integrantes.

A Cooperativa efetuou transações com partes relacionadas, incluindo a remuneração por serviços prestados a seus beneficiários do plano de saúde e pagamento de pró-labore.

24 Instrumentos financeiros e Gerenciamento de riscos

24.1 Avaliação dos instrumentos financeiros

A administração procedeu à análise dos instrumentos financeiros que compõem o ativo e o passivo e concluiu que o valor justo das Disponibilidades, Aplicações financeiras, Créditos Operações com Planos de Assistência à Saúde e Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora e os Passivos Circulantes, principalmente Provisão de Eventos a Liquidar, Débitos de Operações de Assistência à Saúde e empréstimos e financiamentos a pagar aproximam-se do saldo contábil, cujos critérios de contabilização e valores estão demonstrados nas demonstrações contábeis, em razão de o vencimento de parte significativa desses saldos ocorrer em data próxima a do balanço.

Em 31 de dezembro de 2023, a Cooperativa não possuía nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

24.2 Gerenciamento de riscos

A. Risco de crédito

Advém da possibilidade de a Cooperativa não receber os valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos em instituições financeiras geradas por operações de investimento financeiro.

Para atenuar esse risco, a Cooperativa adota como prática de acompanhamento permanente do saldo devedor de suas contrapartes e análise periódica dos índices de inadimplência. Com relação às aplicações financeiras, a Cooperativa dá preferência a realizar aplicações em instituições renomadas e com baixo risco de crédito.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras é:

	2023	2022
Disponível	1.562.535	946.151
Aplicações Financeiras	13.726.137	11.301.093
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	10.361.867	7.766.086
Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora	2.000.011	3.237.831
Bens e Títulos a Receber (exceto estoques)	2.059.305	1.988.417
Despesas Antecipadas	111.370	318.242
Conta Corrente com Cooperados	163.399	142.795
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo	21.000	21.000
	30.005.624	**25.721.615**

A política de gerenciamento do risco de crédito sobre as contas a receber está em linha com a resolução normativa da ANS, que estabelece que deve ser constituída provisão para perda decorrente da existência de inadimplência. As operadoras de planos de assistência à saúde devem constituir a Provisão para Perdas Sobre Créditos – PPSC de acordo com os critérios estabelecidos nessa RN detalhado na nota 4.4.

B. Risco de liquidez

Risco de Liquidez é a possibilidade da não existência de recursos financeiros suficientes para que a Companhia honre seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando os diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Para atenuar esse risco, a Cooperativa adota como prática de acompanhamento permanente o fluxo de caixa avaliando a adequação de prazos de recebimentos e pagamentos de operações relativas a plano de saúde, que normalmente são caracterizadas por prazos de recebimentos e pagamentos consideravelmente pequenos.

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento financeiro. Esse departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Cooperativa para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, bem como exigências de garantias determinadas pela ANS. Em 2023 e em 2022 a Cooperativa apresenta capital circulante líquido negativo de R$ 8.680.669 e negativo de R$ 11.724.475, respectivamente devido aos investimentos feitos em imobilizações.

A Cooperativa, quando disponível, investe o excesso de caixa gerado em depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez e margem suficientes.

C. Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros advém da possibilidade da Cooperativa estar sujeita a alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos os seus ativos captados (aplicados) no mercado.

Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Cooperativa adota a política de aplicações conservadoras em títulos de renda fixa (CDB, Fundos de investimento e RDC) e títulos públicos (LFT – quando aplicável), aplicados em diversas instituições financeiras.

D. Risco operacional

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Cooperativa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Cooperativa.

O objetivo da Cooperativa é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação, e buscar eficácia de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração.

A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Cooperativa para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- cumprimento de exigências regulatórias e legais;
- documentação de controle e procedimentos;
- exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação e controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- exigências de reportar perdas e as ações corretivas propostas;
- desenvolvimento de planos de contingências;
- treinamento e desenvolvimento profissional;
- padrões éticos e comerciais.

E. Risco da gestão da carteira de investimentos

A Cooperativa limita sua exposição a riscos de gestão da carteira de investimento ao investir apenas em títulos públicos e títulos de renda fixa privados em diversas instituições financeiras como forma de diluir os riscos. A Administração monitora ativamente as aplicações e os rendimentos e não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

F. Risco de Subscrição

Medida de incerteza relacionada a uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da Cooperativa no momento da elaboração de sua política de subscrição quanto às incertezas existentes na estimação das provisões técnicas e relativas à precificação.

G. Risco de Mercado

Medida de incerteza relacionada à exposição a perdas decorrentes da volatilidade dos preços de ativos, tais como cotações de ações, taxas de juros, taxas cambiais, preços de commodities e preços de imóveis.

H. Risco Legal

Medida de incerteza relacionada aos retornos de uma operadora por falta de um completo embasamento legal de suas operações; é o risco de não-cumprimento de leis, regras, regulamentações, acordos, práticas vigentes ou padrões éticos aplicáveis, considerando, inclusive, o risco de que a natureza do produto/serviço prestado possa tornar a Cooperativa particularmente vulnerável a litígios.

25 Reconciliação entre os métodos direto e indireto dos fluxos de caixa das atividades operacionais

	2023	2022
Resultado antes dos impostos e participações	7.001.881	(3.183.244)
Ajustes:		
Depreciação e amortização	4.081.196	3.533.886
Residual da baixa do ativo imobilizado	2.284	82.810
Provisão para perdas sobre créditos	552.293	549.208
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	(454.971)	180.277
Provisão para ações judiciais	4.679.977	2.624.280
Juros de empréstimos e financiamentos	3.828.002	4.401.012
	19.690.662	**8.188.229**
Diminuição (Aumento) nos ativos		
Aplicações financeiras	(2.482.017)	6.727.369
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	(3.148.074)	325.303
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde	1.237.820	(70.224)
Créditos tributários e previdenciários	260.819	(14.964)
Bens e títulos a receber	111.550	329.865
Despesas antecipadas	206.872	(223.947)
Depósitos judiciais	(4.595.949)	(2.668.943)
Conta corrente cooperados	(20.604)	12.029
	(8.429.583)	**4.416.488**
Aumento (diminuição) de passivo		
Eventos/ sinistros a liquidar	289.635	744.959
Débitos de operações de assistência à saúde	110.162	(88.705)
Débitos com operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde	(582.922)	313.805
Tributos e encargos sociais a recolher	(83.904)	629.816
Débitos diversos	1.616.743	675.912
Conta corrente com cooperados	-	(2.186.172)
	1.349.714	**89.615**
Caixa gerado nas operações	**12.610.793**	**12.694.332**
Imposto de Renda	(326.943)	(343.332)
Contribuição Social	(126.339)	(132.240)
Participações no Resultado	(561.013)	(465.240)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais - método indireto	**11.596.498**	**11.753.520**
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais - método direto	**11.596.498**	**11.753.520**

26 Cobertura de seguro

A Administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

27 Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes entre a data de encerramento do exercício social e a de aprovação das demonstrações contábeis para fins de divulgação, 16 de fevereiro de 2024, que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a situação patrimonial e financeira da Cooperativa.

***

Unimed Limeira
www.unimedlimeira.com.br
Rua Santa Terezinha, 5 - Centro
13.480-090 - Limeira - SP
T. (19) 3404.8000

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da Unimed de Limeira Cooperativa de Trabalho Médico, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinando o Balanço Patrimonial levantado em 31.12.2023, o seu Ativo, Passivo, Demonstração de Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas e Parecer dos Auditores Independentes, apurando-se sobra líquida a disposição da Assembleia no valor de **R$ R$ 5.453.142,70** (cinco milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil, cento e quarenta e dois reais e setenta centavos), constataram achar-se tudo em perfeita ordem, recomendando, portanto, a sua aprovação à Assembleia Geral Ordinária.

Limeira, 05 de março de 2024.

Dr. Fernando Chiquetto Nogueira

Dr. Marcelo de Almeida Costa

Dr. Tiago Sampaio Soler